

Ashjan Sadique Adi  
Fábio Bacila Sahd  
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A  
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,  
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

# DA PALESTINA AO CHILE: SOBRE DESLOCAMENTOS E MOBILIDADES E A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS DE ALTERIDADE\*

*Bárbara Caramuru Teles<sup>1</sup>*

## Introdução

A problemática central contida nesta análise desenvolveu-se ao longo do trabalho de campo que realizei junto à comunidade palestina do Chile. Todavia, é importante salientar que a etnografia iniciou muito antes da minha ida a Santiago, no ano de 2015. O primeiro contato com o tema ocorreu de forma política no ano de 2008, tendo sido retomado durante o período que estive na Universidade Federal do Paraná, UFPR. Passando por vários eixos de análise distintos teve continuidade ao longo dos últimos anos. A etnografia, porém, se desenvolveu através das alianças que estabeleci com alguns de meus interlocutores, os quais propiciaram espaço e discussões necessárias para o desenvolvimento dessa análise.

O primeiro contato com o campo se deu por meio de diálogo com alguns professores do Centro de Estudos Árabes da Universidade do Chile. No total, trabalhei com cerca de 24 pessoas, dentre as quais: pesquisadores da universidade em Santiago, membros da comunidade política, membros da comunidade religiosa da Iglesia de San Jorge e um pequeno grupo de refugiados palestinos vindos do Iraque. Embora nem todos os interlocutores estejam presentes nominalmente, o resul-

---

\*DOI- 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.237-258

<sup>1</sup> Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná, UFPR. Historiadora pela mesma instituição. Autora da dissertação: “*La tierra palestina es más cara que el oro*”: narrativas palestinas em disputa. Atualmente dedica-se à pesquisa sobre as trajetórias palestinas na América Latina e processos de autorreconhecimento identitário palestino em Santa Catarina.

tado da análise só foi possível devido à colaboração de todos os envolvidos.

Deve-se considerar que a problemática da pesquisa se desenvolveu ao longo dos deslocamentos em campo. Primeiramente, foi no espaço de prática religiosa da Igreja que me foram apresentados os membros com os quais desenvolvi grande parte da análise sobre o primeiro grupo, os quais se autorreconheciam como “palestinos-diretos”. Esse mesmo conjunto de pessoas se relaciona diretamente com o segundo grupo, terceira geração, os jovens palestinos ou “palestinos-chilenos” e “meio-palestinos”, categorias que se sobrepõem. Por fim, o terceiro grupo constitui-se de refugiados, com os quais tive contato através da compra e venda de doces árabes no bairro de Patronato, na mesma rua onde se localiza a igreja. Estes últimos são nomeados pelos demais como “palestinos-iraquis”.

O fio condutor dessa análise surgiu na relação entre esses grupos e da minha própria relação com eles. A partir dessas relações busquei problematizar as múltiplas formas de autorreconhecimento identitário palestino no Chile e as tensões em torno das narrativas e trajetórias de cada grupo. Compreendendo os signos e significados de cada categoria, busquei interseccionar as narrativas compartilhadas durante o trabalho de campo, chegando, finalmente, ao contraste de categorias de alteridade. No caso específico deste capítulo, primeiramente, farei um breve apanhado histórico sobre o conflito territorial palestino e seus desdobramentos nas distintas migrações para o Chile, sendo a primeira no final do século XIX e a última, de palestinos refugiados, vindos do Iraque no ano de 2008. Deve-se considerar a relevância desses processos migratórios na reelaboração da identidade étnica, tal como no “contato” entre diferentes grupos nacionais e religiosos.

À luz da teoria da etnicidade, problematizo a relação entre grupos que se identificam como “palestinos-diretos” “palestinos-chilenos” e “palestinos-iraqui” e de que forma dialogam com a teoria antropológica, considerando a seguinte problemática: seria esse conflito ocorri-

do entre grupos interétnicos? O que define esses grupos como grupos étnicos? Caberia problematizar essa diferenciação como construções de diferenças somente no campo da nacionalidade e/ou pertença religiosa?

Finalmente, em nível de considerações finais, buscarei compreender de que forma as noções de “grupo étnico” de Fredrik Barth (1997) e de “situação histórica”, de João Pacheco de Oliveira (1988), corroboram com essa temática. Considerando a potencialização do conflito local no momento da chegada de palestinos, refugiados, vindos do Iraque e de pertença muçulmana, dentro de uma comunidade majoritariamente cristã ortodoxa, de palestinos já nascidos no Chile.

## **Palestina: um breve contexto**

A história da Palestina é conhecida como uma história de sucessivas ocupações. O passado dessa terra, em dado momento se entrelaça com a própria história do Islã como religião e da ascensão do Profeta Muhammed. O objetivo desta análise, por sua vez, não almeja traçar uma “linha histórica” da terra palestina e de suas sucessivas ocupações ao longo de toda sua existência na busca por um ídolo das origens, mas, ao revés, compreender a questão palestina tendo em vista a contribuição que o entendimento sobre determinados períodos nos possibilita pensar a história da palestina como uma história de sucessivas ocupações. Compreender o período que vai da unificação dos povos de língua árabe, ainda no século VII, por meio da revelação trazida pelo Profeta, chegando aos dias atuais com a ocupação da Palestina pelos colonos judeus e Estado israelense auxiliará na interpretação do que vivenciamos em campo através da narrativa nativa.

Embora seja uma retomada histórica muito ampla, é de suma importância para essa análise entender os distintos processos de ocupação dessa terra e suas implicações nas diferentes imigrações palesti-

nas no Chile, a fim de situar, mesmo que de modo geral, para conduzir o leitor.

Após a unificação dos povos árabes iniciou-se o período de instauração do Império Muçulmano, sendo este consolidado pelos Califados Omíada e Abássida. Posteriormente a desintegração do Califado, no século X, iniciou-se o processo de ocupação Otomana.

A dominação Otomana consolidou-se entre os séculos XV e XVI, período em que todos os países árabes se encontravam sob jugo otomano. Deve-se ressaltar que embora a narrativa mestra da imigração palestina para o Chile fundamente-se a partir de uma história de “perseguição otomana” aos palestinos cristãos, a mesma narrativa é hoje contestada levando em consideração a migração para as Américas por fatores socioeconômicos. Há, ainda, aqueles que veem o período Otomano como uma época de união e força dos países de pertença muçulmana e etnicamente árabe diante das demais potências europeias.

No início do século XX, no que tange o território da Palestina, após o desmoronamento do Império Otomano, no pós-Primeira Grande Guerra, iniciou-se o período mandatário britânico. Vários acordos foram feitos junto aos nativos, tanto palestinos quanto judeus, durante o período da Primeira Guerra, no intuito de enfraquecer o Império (HOURANI, 2006). Após a Primeira Guerra Mundial, mediante o acordo de Sykes-Picot, em 1916, foi estipulado que o governo britânico teria o controle sobre o território que corresponde atualmente à Palestina e Iraque e o governo francês sobre a atual Síria e Líbano. O acordo privilegiava os interesses britânicos que em negociações com os sionistas fundamentaram a Declaração de Balfour, que veio a legitimar os interesses sionistas. (SCHIOCCHET, 2011, p. 48).

Na sequência dos grandes fatos, após a Segunda Grande Guerra, em 1947, a recém-criada Organização das Nações Unidas, proveniente da Liga das Nações, realiza a partilha da terra Palestina, criando o Estado de Israel como uma “medida internacional de equiparação do

holocausto judeu”. Em 1948, Israel declarou uma “suposta”<sup>2</sup> guerra de independência. O evento é conhecido pelos palestinos como *Al-Nakbah*, traduzido do árabe para o português como “A Catástrofe”, o qual marca o mês de maio de 1948, quando Israel exilou 80% da população palestina. Após essa partilha, de toda extensão territorial originalmente palestina, na qual os palestinos ocupavam no período anterior a *Nakbah* cerca de 90% das terras, apenas Gaza e Cisjordânia ficaram dentro do que pretendia-se efetivar como Estado Palestino, conforme interesses externos. Deve-se ressaltar que os nativos palestinos se opuseram ao processo de partilha desde seu início. Parte significativa da população, cerca de 700.000 a 800.000 palestinos passaram a condição de refugiados. (CLEMESH, 2009, p. 7-8).

É notória a intenção do sionismo moderno, que precede os fatos acima citados. Na segunda metade do século XIX, o escritor austríaco Theodor Herzl escreveu as bases do sionismo moderno na obra conhecida como “*Der Judenstaat*”, ou seja, “O Estado Judeu”. Nela, Herzl propõe a criação de um lar nacional para os judeus, tendo sido uma das propostas dessa efetivação criá-lo na Palestina. O autor não poupou detalhes em seu diário quanto à forma de efetivação e os meios possíveis para tal, dentre tais a “transferência da população árabe autóctone para além da fronteira do país” uma “expulsão da população miserável”, negando a estes acesso e emprego dentro do país (CLEMESH, 2009, p. 06).

Como podemos ver no mapa abaixo, as terras palestinas configuravam-se inicialmente como parte do que se denominava Syria Palestina. A denominação Syria Palestina foi dada à região que precedeu a dominação franco-britânica, além da Palestina ela incluía outras regiões que englobam os países: Iraque e Síria. Similarmente à Conferên-

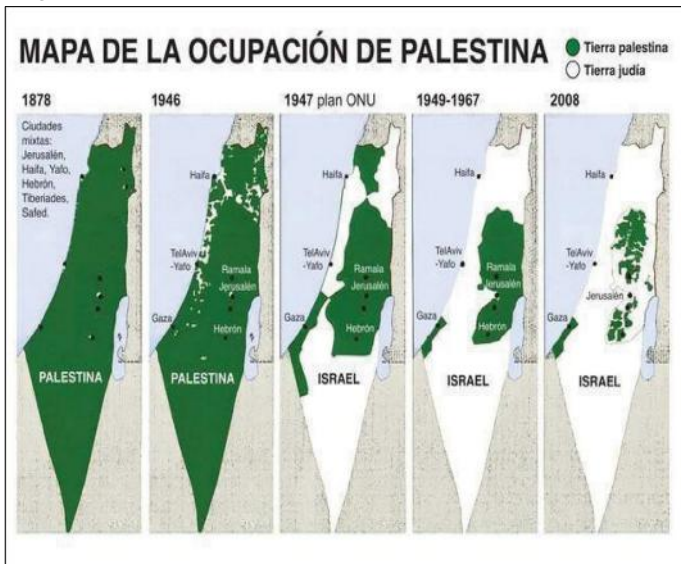
---

<sup>2</sup> Grifos meus. O uso do termo supostamente, refere-se a problematização do acontecimento. Após a divisão das terras palestinas pela ONU, Israel declara sua independência como Estado, porém, o mesmo evento é chamado pelos palestinos de A Catástrofe, *Al-Nakbah*, tendo em vista que esse é o evento marco da maior expulsão de palestinos ocorrida durante o conflito. Na *Nakbah*, 80% da população palestina foi forçada ao exílio, ou, como denominamos, diáspora palestina.

cia de Berlim, onde ocorreu a partilha do continente africano pelos europeus, a região da Palestina, como já afirmamos, partilhada entre franceses e britânicos.

Posteriormente, podemos visualizar, ainda no mapa, as implicações da outra partilha realizada na região, desta vez a partilha do território palestino pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 1947. Essa, por sua vez, destinou 11.000Km para 1 milhão de palestinos e 14.000Km para aproximadamente 700.000 judeus. Todavia, como vemos na imagem a proporção de terras palestinas ocupadas por judeus israelenses tem aumentado significativamente ao longo dos anos, em parte em virtude da ocorrência da *Al-Nakbah*, como também já esboçamos, e por outro lado, pela continuidade das ocupações dessa terra pelos colonos judeus, pautadas na crença da ideologia sionista e amparadas pelo Estado israelense, o qual tem promovido a limpeza étnica da Palestina ao longo dos últimos setenta anos (PAPPE, 2004). Vejamos o mapa citado:

Figura 1: Mapa da ocupação palestina:



Fonte: <https://palestinalibre.org/articulo.php?a=49848>

É importante ressaltar que esses eventos, como veremos no próximo subcapítulo, são parte fundamental da narrativa e do processo de imigração palestina no Chile, nos casos a seguir, houve uma imigração inicial de palestinos para o Chile ainda no período Otomano, desencadeando o que chamamos de “migração em cadeia”, potencializada após 1948, com a *Al-Nakbah*.

## **Palestinos no Chile**

Inicialmente, o trabalho etnográfico que originou a dissertação “*La tierra palestina és mas cara que el oro: narrativas palestinas em disputa*”, teve por objeto de análise três grupos de palestinos localizados na cidade de Santiago, no Chile. A diferenciação de tais grupos partiu dos mesmos, por meio das narrativas das trajetórias contadas pelos interlocutores.

Durante o trabalho de campo desenvolvido nos meses de dezembro a março em 2015 e 2016 e retomado para conferência de dados em dezembro de 2016, pude perceber “narrativas em competição” - termo previamente trabalhado pela autora Cecília Baeza (2015), ao relatar os conflitos devido à chegada de palestinos refugiados no Chile. Todavia, no caso etnográfico em questão neste capítulo, percebeu-se que não apenas há uma diferenciação entre palestinos estabelecidos no Chile e os recém-chegados, vindos do Iraque, mas também entre os próprios palestinos estabelecidos. Esse foi o primeiro momento de análise dessa pesquisa, onde constatei cinco categorias nativas, sendo essas: “palestino-palestino”, “palestino-direto”, “meio-palestino”, “palestino-chileno” e “palestino-iraqui” ou no último caso apenas “iraquis”.

Cabe salientar que num primeiro momento, essa pesquisa teve por finalidade “organizar os grupos étnicos” partindo da definição dada por eles mesmos, compreendendo, o grupo étnico a partir da definição de Barth como uma “organização social” disposta a partir de



determinados interesses, que podem ser mutáveis. Todavia, seguindo a premissa do mesmo autor, buscarei olhar para a constituição desses grupos a partir da relação e do contato, o que anteriormente propus na medida em que defini a partir da teoria da divergência, do conflito, o contato entre esses grupos variados.

O objetivo dessa breve análise é buscar compreender essa disputa no campo das relações acerca do conflito entre palestinos-chilenos (e diretos) e palestinos-iraqui. Para tal farei uma breve apresentação de cada categoria e de como essas se relacionam, partindo do entendimento antropológico, segundo Barth, de que a alteridade se constrói na relação.

Sobre a categoria “palestino-palestino” ou “palestino de verdade”: essa categoria foi percebida na narrativa de todos os interlocutores da pesquisa, sendo utilizada, na maioria das vezes, como um modelo ou até mesmo um “tipo ideal” weberiano para nomear e estabelecer o que define, e principalmente quem é palestino. Reunindo genealogia, origem (nação), narrativa da tragédia (ligada tanto a “fuga do império otomano”, quanto a *Al-Nakbah* e demais guerras de expulsão e exílio) e tradição essa categoria era compartilhada por todos para dizer que eles são e não os outros, remetendo-se a uma concepção de pureza, encontrada de forma recorrente em demais etnografias que tem por eixo central relações interétnicas.

As outras categorias são utilizadas para nomear e diferenciar-se dos demais, todavia a partir de um elemento marcado na especificação daquele grupo. Palestinos-direto, por sua vez refere-se a todo aquele nascido na Palestina. Essa categoria é utilizada majoritariamente no autorreconhecimento e na distinção dos “abuelos”, velhos palestinos, que migraram para o Chile, no caso do grupo estudado, antes e após a *Al-Nakbah*. Esse grupo é composto por senhoras e senhores de 60 a 94 anos, todos imigrantes. Deve-se ressaltar que um ponto crucial dessa categoria é a origem, o local de nascimento, como argumento irredutí-

vel da palestinação dessas pessoas. Esse argumento evoca, de várias maneiras as premissas do nacionalismo e da nação.

Palestino-chileno e meio palestino são categorias similares, enquanto evidentemente palestino chileno é aquele nascido no Chile, mas que tem por primeira identidade ser palestino, meio-palestino serve tanto para a questão do local de nascimento quanto genealogia, seriam esses os impuros, por não serem “homogeneamente” palestinos, sendo em muitos casos palestinos apenas pelo lado materno ou paterno, tendo em vista que podem possuir pais ou avós de outras nacionalidades e etnias.

Palestino-iraqui, a seu turno, é uma categoria específica para os refugiados palestinos que foram assentados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, ACNUR, no Chile, no ano de 2008. Estes diferem-se dos demais palestinos do Chile fundamentalmente pelo nascimento e pela pertença religiosa. Enquanto a comunidade palestina do Chile é majoritariamente cristã ortodoxa, cerca de 70%, o grupo de palestinos refugiados é muçulmanos sunitas, minoria no país.

Há de se considerar, que estas categorias surgem a partir de determinado processo migracional da Palestina para o Chile e da manutenção da identidade na relação entre os próprios palestinos e destes para com os chilenos. Tendo como horizonte a ideia de “situação histórica” de João Pacheco (1988), ou mesmo a noção de “situação colonial” proposta em Balandier (1993)<sup>3</sup>, da qual me apropriei para pensar

---

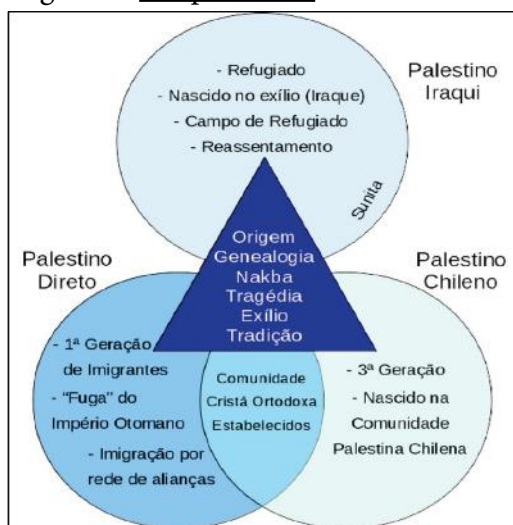
<sup>3</sup> O francês Georges Balandier trabalhou, na década de 1960 com a noção de situação colonial. Nela ele traz a tona o debate sobre as relações coloniais. Balandier propõe olhar a situação colonial da produção de etnias em sua totalidade pois a mesma é proveniente da relação da “sociedade colonial com a sociedade colonizada”, pois no encontro de ambas diferentemente de um “contato Cultural” uma acaba por subordinar a outra, num processo de aculturação. (BALANDIER, 1993).

A partir de Balandier, Roberto Cardoso de Oliveira trouxe a discussão para o Brasil. Esses autores tornaram-se fundamentais para pensar o problema interétnico dos indígenas no país. Em meio a esse debate, localizamos João Pacheco de Oliveira quem em diálogo com os demais concebe o conceito de “situação histórica”, segundo o próprio autor: “Não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem - ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem

os dois distintos processos de imigração palestina e como o segundo, com a chegada dos refugiados e o contato com a comunidade já estabelecida, propiciou uma situação da qual emergiu a distinção que gerou essa diferença.

Abaixo temos uma ilustração que permite compreender a forma com a qual esses grupos se definem e relacionam, compreendendo que as categorias palestino-chileno e palestino-direto estão ligadas, diferenciando-se principalmente por meio do local de nascimento e geração. Enquanto os palestinos-diretos são a primeira geração de imigrantes os palestinos-chilenos são os filhos e netos desses imigrantes, ou seja, segunda e terceira geração. Vejamos:

Figura 2- Grupos locais



Fonte: Caramuru (2017, p. 19).

como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas "um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988:58)." (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, P.7) A partir da apropriação desse debate contido em Pacheco de Oliveira, acerca da contribuição essencial da análise histórica para pensar as questões imersas na discussão sobre etnicidade e pertencimentos étnicos, irei problematizar as relações interétnicas entre palestinos imigrantes e refugiados no Chile.

O triângulo representa a narrativa comum às três pessoas centrais da análise, Linda, Muhammed e Gabriel. Esses elementos são apresentados, pelos interlocutores, como as categorias constitutivas do que significa ser palestino, ao passo que, os elementos externos a ela são os norteadores das demais categorias: “Palestinos-Iraqui”, “Palestinos-Direto” e “Palestinos-Chileno”. Todavia o grupo de palestinos diretos, e o de palestinos chilenos compartilham da integração em comunidade, estabelecida no Chile.

Voltaremos a essas questões, por ocasião da análise dos casos principais. Quanto a aludida relação entre grupos, a primeira questão a ser levantada é a definição de grupo étnico, a partir de Barth. O autor nos atenta para a seguinte questão: caberia ao antropólogo conhecer as experiências com as quais a identidade se relaciona, para então compreender sua forma e a identidade em particular (BARTH, 2003, p. 23).

Abordar a identidade étnica como uma característica da organização social mais do que como uma nebulosa expressão da cultura; sendo esta manifestadamente uma questão de grupos sociais, declaramo-la também uma questão da organização social da diferença entre culturas [...] o que nos leva a pôr em evidência a fronteira e os processos de recrutamento e não a matéria cultural que a fronteira comporta. [...] As diferenças culturais de significação fundamental para a etnicidade são aquelas que as pessoas utilizam para marcar a distinção, a fronteira e não a ideias do analista sobre o que é mais aborígene ou característico da cultura destas (BARTH, 2003, p. 23).

Buscando compreender essas experiências a partir da qual essa análise foi realizada, partindo da premissa dada por Barth de que a definição de grupo étnico se dá pelas características que são elencadas pelo próprio grupo como relevante. Mesmo que as características possam mudar, o que as dá certo sentido é sua distinção em relação aos demais. Barth afirma que definir etnia é estabelecer fronteiras (BARTH, 2003, p. 23), é nessa fronteira, relacional, que buscarei com-

prender junto as teorias da etnicidade a problemática central: a partir dessa definição, como se relacionam esses grupos étnicos. Compreendendo que a diferença se mantém pelo contato e não pelo isolamento, tomo como ponto de partida esse contato entre palestinos diretos, chilenos e iraquês que produziu as distinções de grupos que serão abaixo exploradas.

## **Caso I: Palestinos diretos**

O caso central desse grupo é o de Linda Shawam, um dos principais membros da comunidade. Linda nasceu na Palestina. Sua família migrou para a Jordânia, e depois, Chile, na década de 1960, quando ela ainda era criança. Linda relata casos de familiares que haviam migrado para o Chile, desde 1914, os quais teriam “fugido da perseguição otomana”. Deve-se ressaltar que o Império Otomano era multireligioso, ou seja, tolerava várias religiões, todavia a religião oficial era o islã.

Dessa forma, até os primeiros anos do século XX, os cristãos que viviam no império, assim como os demais não-muçulmanos, não realizavam serviço militar, pagando tributos ao Estado. Com o enfraquecimento do império esse quadro mudou, e no início do século XX o serviço militar tornou-se obrigatório para todos o que gerou a emigração de muitos jovens cristãos. Embora a narrativa da “fuga da perseguição” seja a narrativa mestra, a historiografia do período aponta como o principal motivo da imigração palestina às Américas as condições econômicas.

Deve se considerar, como sugere Baesa, sobre as ondas de imigração para o Chile que as primeiras foram de palestinos cristãos, em sua maioria vindos de Beit-Jala e Belém, ao passo que após a *Al-Nakbah* a maioria dos imigrantes são de religião muçulmana, o que acentua o conflito entre palestinos-diretos e palestinos-iraquês. (BAESA, 2015, p. 298)

## Caso 2: Palestinos-iraquis

Muhammed, seu irmão Hamed, o cunhado e um amigo são vendedores de doces árabes na Calle Santa Filomena, mesma rua da Igreja, localizada no bairro de Patronato, em Santiago. Esse grupo trata-se de parte de um grupo maior, de 117 pessoas que vieram como refugiados da fronteira do Iraque com a Síria, reassentado por meio de um projeto do Alto Comissariado das Nações Unidas, ACNUR. Vale pontuar que na maior parte dos casos os refugiados palestinos ficam a cargo da *United Nation Relief and Work Agency for Palestinian Refugee*, UNRWA, organização especificamente destinada a refugiados palestinos.

A *Nakbah* foi a principal guerra que levou à migração desse grupo. Embora não tenha precisão acerca da data de emigração, a família de Muhammed e dos demais interlocutores migrou para o Iraque após a catástrofe ocorrida em maio de 1948. Posteriormente, embora bem estabelecidos social e economicamente no Iraque, com a queda de Saddam Hussein e a ofensiva norte-americana sobre o país, os palestinos foram perseguidos. Acusados de colaboração com o governo de Saddam, migraram para a fronteira do Iraque. Alguns campos de refugiados se estabeleceram na fronteira com a Jordânia, outros com a Síria.

Após três anos vivendo na condição de refugiados, em barracas, destituídos, mais uma vez, de suas propriedades, bens e direito à moradia dentro de qualquer nação, esses palestinos foram reassentados em 2008: parte das famílias veio para o Brasil, conforme etnografia de Sônia Hamid (2012), parte foi para o Chile. O que não se esperava foi a reação negativa da comunidade palestina chilena quanto à recepção dos refugiados, numa reação próxima ao que Elias e Scotson (2000), perceberam no conflito entre “estabelecidos e outsiders”.

### Caso 3: Palestinos-chilenos ou meio palestinos: os jovens

Gabriel foi um dos principais interlocutores dessa pesquisa no que se refere à questão étnica. Um jovem de 20 e poucos anos, filho de palestinos de segunda geração, Gabriel e seus colegas, que foram por mim entrevistados em 2016, fazem parte de um grupo de jovens palestinos que atuam política e socialmente na sociedade chilena. Sendo a comunidade palestina no Chile tão expressiva numérica e socialmente, vários “mecanismos de construção identitária” (JARDIM, 2000) são encontrados na prática, vivência e sociabilidade desses jovens que permitem a manutenção da identidade palestina no exílio. Dentre tais, vale citar: festas que ocorrem dentro do Clube Palestino, rituais de batismo e casamentos, práticas culturais realizadas dentro das escolas palestinas, festas privadas para jovens e ainda a viagem de “retorno” a Palestina, realizada por muitos jovens, que inclusive jamais estiveram na Palestina.

Durante o campo chamou minha atenção o nome dado às viagens dos jovens a Palestina, como parte de um programa de incentivo à “cultura” e manutenção da “tradição” palestina, como eles mesmos denominam. O interessante nesse caso, para além do programa e das ações de manutenção do vínculo desses jovens, nascidos no exílio, com a causa palestina é que a maioria dos jovens sequer havia pisado em terra palestina antes de tal incentivo. Embora as viagens sejam quase parte da formação escolar dos jovens, recorrente para quase todos, a ideia de “retorno” é muito mais ampla, pois a mesma parte do entendimento de um grupo diaspórico, o qual pertence àquela região (Palestina) e não à essa (Chile), que dessa forma retornam ao lar de origem. Destaca-se que o “retorno” é um dos principais componentes da narrativa que compõe o que denominamos de “causa palestina”.

## Em diálogo com a teoria

Apresentados os grupos trabalhados durante a realização da etnografia, voltamos à problemática inicial que propõe estabelecer um diálogo continuado entre campo e teoria. Tomando as narrativas dos interlocutores como dados compartilhados em relação à noção de pertença e reconhecimento identitário, problematizo neste tópico, primeiramente, a classificação deste conflito enquanto interétnico, partindo do pressuposto de Barth, sobre grupos étnicos e da concepção de fronteira. Todavia, a questão principal aqui elevada é: seria árabe o grupo étnico e palestino um subgrupo étnico? Ou seriam ambos grupos étnicos e palestinos-diretos, chilenos e iraquís subgrupos dentro desse grupo? Metodologicamente, a análise de cunho antropológico deve, a partir dos próprios interlocutores, buscar compreender, tal como propõe Barth, o que eles consideram como categorias relevantes para afirmar o que eles não são em relação aos outros. (Barth, 2003). Observemos, então, a fala de Gabriel:

Ser palestino não significa nascer. Ser árabe é um tipo de vida. Eu penso que isso não se elege, te toca. Há uma frase muito famosa que diz: eu não elegi ser palestino, só tive sorte. Ou seja, ser palestino é uma fortuna. Tem muita gente que vai dizer, por exemplo: como pode ser que ser palestino seja uma fortuna? Não há história mais trágica que ser palestino. Um povo sem terra, que tem que viver no exílio e todo mundo nega sua existência. Ou seja, que difícil pode ser nascer sabendo que todo mundo nega sua existência [...] eu creio na existência de um povo palestino [...] ser palestino não é somente falar árabe. Tu só porque fala árabe não é árabe” Cita a importância da terra para os palestinos, cita uma frase em árabe: “a terra palestina é mais cara que ouro” Ser palestino é muito confuso e complicado. Algo que talvez defina a população palestina é o sistema de governo. Você vê que na Jordânia há um Rei, no Marrocos há um rei do Marrocos, na Argélia. O mais comum no mundo árabe é um rei. A gente não suporta um rei que detém mais poder que a gente (povo). A Palestina detém um sistema de governo, a Palestina nunca existiu. A existência do país é mais complexa. É um povo que jamais se deixou



submeter. Imagine que o exército mais poderoso do mundo leva mais de 65 anos tentando fazer desaparecer um povo que com sorte tem casa, tem acesso à água. Com sorte não tem desaparecido. Há uma luta muito simbólica na entrada da Palestina na ONU. Um pequeno presente. Há gente que não se entregou. Há gente que morreu por uma causa. (Entrevista concedida por Gabriel, em sua casa, em Santiago no dia 03 de março de 2016. Gabriel nasceu no Chile. Notas de campo).

Na fala de Gabriel, podemos destacar a dissociação do que é “ser palestino” do nascimento e do domínio da língua nativa. Embora na fala de palestinos diretos e no discurso oficial da Federação Palestina do Chile seja mais evidente a ideia de palestinidade, ou de identidade palestina como uma “comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008) tendo por entendimento essa comunidade como uma nação, na qual os palestinos compartilham mesmo sentimento de pertença e de grupo.

Esses jovens afirmaram que existe algo maior que a ideia de nação, algo que englobaria os países árabes, mas, ao mesmo tempo, em sua definição do que é ser árabe, Gabriel evocou noções fundamentais à causa palestina, lembrando que a Palestina detém um sistema de governo. Outro elemento fundamental nessa fala que liga a causa palestina e também a situação histórica na qual situamos essas relações é a presença do elemento da Catástrofe, da *Nakbah*, da tragédia palestina que está presente na memória dos três grupos. Devemos considerar nas falas destes interlocutores a premissa de Walter Benjamin (1987), de que o passado se constrói a partir do presente.

Retomando a ideia de que as características elencadas pelos grupos são aquelas que eles mesmo tomam como relevantes, mas que, todavia, são passíveis de mudança, podemos pensar a relação entre língua e nascimento em determinado momento. Ela deixa de ser o eixo não obstante, em outro momento tenha sido um dos fatores mais relevantes na diferenciação dos grupos. Em determinada situação na qual entrevistei jovens e me dispus a realizar nova entrevista com um deles

fui informada de que esse jovem não era “palestino de verdade”, era “meio palestino” - pois sua mãe era de origem britânica. Portanto, esse jovem, Lucas, seria um palestino misturado, ou nas suas próprias palavras um “meio-palestino”. O mesmo ocorreu na fala de Linda e demais interlocutores, quando ao se referirem aos palestinos vindos do Iraque, afirmaram que “os iraquês não são reflexo da identidade palestina”. Devemos considerar essas situações de contato como situações de fronteira, partindo da premissa que:

A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é um pressuposto que ambos estejam basicamente “jogando o mesmo jogo”, e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização, que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outros grupos étnicos [...] (BARTH, 1997, p. 34).

## Considerações finais

Portanto, em nível de considerações finais da primeira problemática proposta, acerca dos pertencimentos serem étnicos, religiosos ou nacionais, poderíamos considerar os três, partindo do entendimento que religião e nacionalidade são elementos fundamentais para os próprios grupos de palestinos e são, inclusive características pelas quais eles se identificam e organizam.

Da mesma forma concluímos que, se a premissa para definir grupo étnico será a de Barth, partiremos do entendimento de que esses grupos não existem *a priori*, portanto, não devemos os pressupor como um modelo ou unidade, mas buscar os processos que moldam a experiência e valores das pessoas (BARTH, 1993). Buscando entendê-los como uma “organização social” podemos compreender que cabe à

análise, principalmente, buscar nos processos a via de construção desses grupos e a fronteira que permite a eles se diferenciarem enquanto palestinos diretos, chilenos e iraquís, em vez de buscar classificá-los e organizá-los como modelos externos à relação estabelecida entre si no cotidiano, no caso geracional e, principalmente, em virtude da situação da chegada de novos palestinos, vindos do Iraque no ano de 2008.

Dessa forma, suspendemos as primeiras questões colocadas inicialmente nesse trabalho, substituindo-as pelas seguintes considerações, elencadas pelos próprios palestinos: ser palestino e ser árabe são autoidentificações que se sobrepõe conforme o contexto. Muhammed, refugiado vindo do Iraque, no momento do nosso primeiro contato, quando eu comprava dele doces árabes, que são sua fonte de renda e seu trabalho, me afirmou quando indaguei se ele era árabe: “Si. Yo soy palestino. He venido de Iraque”.

Portanto, cabe ao antropólogo, no exercício de sua análise buscar a fuga dos rótulos e modelos e compreender como esse homem se reconhece enquanto árabe, palestino e iraquiano. As considerações sobre esse reconhecimento são facilmente compreendidas quando em sua narrativa ele apresenta o contexto de sua vida, nascido no exílio (Iraque), pois sua família fugiu da Palestina após a *Nakbah*, portanto nascer no exílio não foi uma opção, mas sim uma condição imposta. Desta forma, tanto Muhammed quanto Gabriel vão acionar sua palestinianidade, com todo o direito que o autorreconhecimento identitário permite, para afirmar que são palestinos de verdade.

Por fim, quanto à última premissa já esboçada durante o trabalho, sabe-se que a comunidade palestina do Chile se configura como a maior fora do mundo árabe. Estimativas apontam para 450.000 à 500.000 pessoas. O pertencimento religioso é majoritariamente cristão. Segundo a narrativa, estes cristãos saíram, em sua maioria, das cidades de Belém, Beit-Jala e Beit-Sahuer, em virtude da “perseguição otomana”. Essas três cidades fazem parte do “triângulo cristão”.

No início dos anos 2000, a ACNUR inicia um processo de negociação com o governo chileno sobre a recepção de refugiados palestinos, vindos de um campo na fronteira entre Iraque e Síria. Segundo Baesa (2015), nesse mesmo período, em virtude do andamento das negociações, o presidente da Federação Palestina do Chile fez um pronunciamento contra a chegada dos refugiados utilizando do “Direito de Retorno”<sup>4</sup>. O presidente da Federação Palestina do Chile, naquele período, Miguel Diaz Cumsille afirmou na época que seria um enorme desafio receber esses refugiados devido à “enorme diferença cultural” desses “refugiados muçulmanos”. A fala de Cumsille, e os desdobramentos de seu discurso, tornou-se uma situação relevante para refletirmos sobre a situação histórica analisada e os desdobramentos dela na relação entre esses grupos. Essa ação, acionar o “Direito de Retorno” como uma ferramenta voltada à exclusão dos refugiados em virtude de seu pertencimento religioso e nascimento no Iraque, evidencia o que Cecília Baesa denominou de “identidade narrativas em competição” (BAESA, 2015, p. 315-317).

A categoria palestinos-iraquis foi forjada nessa relação, uma relação também assimétrica, pela diferença de poderes políticos e econômicos entre estabelecidos e recém-chegados. Saliento que essa categoria é externa aos palestinos refugiados, essa nomeação foi realizada por palestinos diretos e chilenos para nomear e diferenciar refugiados palestinos de origem muçulmana e nascidos no Iraque.

Todos os palestinos que colaboram com essa pesquisa se reconhecem como: “*palestinos de verdade*”, partindo do entendimento que cada um vivenciou experiências distintas de palestinidade, que os permitem se reconhecer na qualidade de “palestinos-palestinos”. A nós, antropólogos, após estabelecer esses fundamentos teóricos, cabe-nos apenas compreender como essa situação de diáspora permitiu a esses

---

<sup>4</sup> O Direito de Retorno é um dos elementos principais da causa palestina, pautado na resolução da ONU que afirma que todo refugiado palestino e seus descendentes tem direito a retornar à terra palestina.

grupos relacionar-se e em meio a esse processo de contato evidenciar suas diferenças.

## Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAESA, C. O refúgio e o retorno entre os palestinos do Chile: narrativa identitária e discurso militante. In: SCHIOCCHET, L. (Org.). **Entre o Velho e o Novo Mundo a diáspora palestina desde o Oriente Medios à America Latina**. Lisboa: Editora Chiado, 2015. p. 297-322.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 3, p. 107-131, 1993[1955].

BARTH, F. Os Grupos étnicos e suas fronteiras. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Organização de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

\_\_\_\_\_. **Balinese Worlds**. Chicago: The University of Chicago Press. 1993.

\_\_\_\_\_. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. (Org.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, UNESP, 1997.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**. "Madame Asriadne, segundo pátio à esquerda" e "Rua de mão única", **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense. 1987b. 1-2 v.

CARAMURU, B. **La tierra Palestina es más cara que el oro: narrativas palestinas em disputa**. Dissertação (Antropologia). 2017. 163 f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CLEMESHA, A. E. Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina. **PUCVIVA Revista**, v. 34, p. 6-12, jan./abr. 2009.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HAMID, S. **(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil**. Tese (Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

JARDIM, D. **Palestinos no Extremo sul do Brasil: Identidade étnica e os mecanismos sociais de reprodução da etnicidade**. 2000. 498 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, J. P. de. **O Nosso Governo**. Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 24-59. (Capítulo 1).

\_\_\_\_\_. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAPPÉ, I. The 1948 Ethnic Cleansing of Palestine. **Journal of Palestine Studies**, Berkley, v. 36, n. 1, 2006.

SCHIOCCHET, L. **Entre o Velho e o Novo Mundo: a diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina**. SCHIOCCHET, L. (org.). Lisboa: Editora Chiado, 2015.

\_\_\_\_\_. Admirável Mundo Novo: O extremo Oriente Médio, a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe, 2011. **Revista Tempo do Mundo** | rtm | v. 3 | n. 2 | ago. 2011

